

12^o Prêmio Defin de Finanças



Tributação e Políticas Públicas

PRÊMIO SEFIN DE FINANÇAS PÚBLICAS 12ª EDIÇÃO - 2019

Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra

Prefeito de Fortaleza

Jurandir Gurgel Gondim Filho

Secretário Municipal das Finanças

Adriana Islaia Carneiro Leal

Coordenadora de Planejamento da Sefin

Karina Oliveira Câmara

Gerente da Célula de Educação Fiscal da Sefin

Comissão Técnica

Danielle Ribeiro Lima

Kátia Lídia Braga dos Santos

Micheline Guelry Silva Albuquerque

Comissão Julgadora *

Aida Maria da Silva Pereira

Alyne Costa de Castro

Amanda Thássya Ferreira Félix Pompeu Arruda

Ana Carolina Sales Fonseca

Ana Célia Ferreira da Silva

Ana Leonilia Alves de Sousa

Carlos Eduardo Araújo Almeida

Carlos Lellis Alencar Luna

Catarina de Souza Melo Teixeira

Danielle Ribeiro Lima

Francisca Elsa Silva Franklin Araújo

Francisco Walecildo de Matos

Glaucia Clementino de Araújo Rocha

Imaculada Maria Vidal da Silva

Jailene de Araújo Menezes

José Eduardo Azevedo da Silva

José Ernane Pereira Ferreira

José Flávio Félix Bernardes

Josilma Rodrigues Frota

Karina Oliveira Câmara

Kátia Lidia Braga dos Santos

Kleber Junio Silveira

Liandra Maria Mendes Marques

Lucenildes Alves Diniz

Lucieudo Ferreira

Luis Pereira Rebouças
Maria Aparecida Andrade Maia
Maria Eliete Ribeiro Marques de Freitas
Maria Elza dos Santos Lima
Maria Joselice Lopes de Oliveira
Marta Regina Grangeiro de Carvalho
Mauricio Manoel Santos da Silva
Mauro Porto Freire
Micheline Guelry Silva Albuquerque
Monica Ciarlini Teixeira Evangelista
Mônica Maria de Andrade Torres Portugal
Patrícia Leite do Nascimento
Paula de Carvalho Ferreira
Paulo Henrique Vieira Gomes
Poliana Santos Braga
Remo César de Oliveira Moura
Sílvia Gabriela de Farias Carneiro
Soraia Figueiredo Marques
Stenio Brito de Sena Junior
Suely Costa Brito
Vanda Reis Albuquerque
Vânia Freitas Lopes
Vicente Kleber de Melo Oliveira
Virna do Carmo Camarão
Vitor Carleial de Casimiro
Wandelcy Peres Pinto
Zaqueu Correia Mota Filho

Edição

Prêmio Sefin das Finanças Públicas - 12ª Edição

Comissão Organizadora

Allane Cristine Costa Magalhães
Carlos Eduardo Linhares Portugal
Danielle Ribeiro Lima
Francisco Adriano Carneiro da Silva
Gabriel Alencar Bezerra
Karina Oliveira Câmara
Karla Karolyna Silva de Oliveira
Kátia Lídia Braga dos Santos
Larissa Rodrigues de Medeiros
Maria de Lourdes Arrais Venâncio
Maria Joelma de Lima
Micheline Guelry Silva Albuquerque

Nilderlan Fernandes Pereira
Raniere Fontenele de Azevedo Costa

*De acordo com o artigo 2º da Portaria nº 65/2019 - SEFIN, a Presidência da Comissão Julgadora foi exercida pelo Secretário Municipal das Finanças, Jurandir Gurgel Gondim Filho, e, em suas eventuais ausências ou impedimentos, pela gestora da Célula de Educação Fiscal (Ceduf) da Sefin, Karina Oliveira Câmara.

PRÊMIO SEFIN DE FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS – 12ª EDIÇÃO

O Prêmio Sefin de Finanças Públicas Municipais foi instituído pelo Decreto nº 12.096, de 21 de setembro de 2006, com o objetivo de estimular a pesquisa nas áreas de: finanças, tributação, auditoria, contabilidade e tecnologia da informação aplicada à administração pública, sendo realizado, anualmente, pela Secretaria Municipal das Finanças (Sefin).

Com o advento da Lei nº 9.825, de 11 de novembro de 2011, o Prêmio Sefin vinculou-se ao Programa de Educação Fiscal do Município de Fortaleza (PEF-Fortaleza), cujos objetivos são estimular o pleno exercício da cidadania, refletir com a sociedade sobre a função social do tributo para a vida em sociedade e estimular o controle social sobre a utilização dos recursos públicos.

Na 12ª Edição, foram premiados alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental e do 1º ao 3º ano do Ensino Médio, contemplados em 3 (três) Categorias, assim distribuídas: Categoria I - Desenho (1º ao 4º ano); Categoria II - Poema (5º ao 8º ano) e Categoria III - Redação (9º ano do Ensino Fundamental e 1º ao 3º ano do Ensino Médio). Neste ano de 2019, foram classificados os 1º, 2º e 3º lugares, em cada série, e premiados com 01 (um) Smartphone. O professor de cada trabalho premiado, em quaisquer dos três lugares ou, ainda, em Categorias diferentes, foi gratificado com a quantia de R\$ 1.000,00 (mil reais) por ter trabalhado, com êxito, a matéria de educação fiscal em sala de aula.

O desenvolvimento do Prêmio foi realizado em cinco fases: **1ª fase** - divulgação do Prêmio e inscrições; **2ª fase** - recebimento dos trabalhos e validação; **3ª fase** - reunião com a Comissão Julgadora, distribuição e avaliação dos trabalhos; **4ª fase** - divulgação do resultado; **5ª fase** – solenidade de entrega da premiação.

O critério de avaliação aplicado pela Comissão Julgadora do Prêmio Sefin de Finanças Públicas Municipais – 12ª Edição considerou diferentes aspectos relacionados a cada Categoria. Contudo, em todas as Categorias (I, II e III – Desenho, Poema e Redação), de modo geral, foram analisados e selecionados os trabalhos conforme a originalidade/criatividade, a qualidade da mensagem revelada em atendimento ao tema proposto, a qualidade artística, a adequação ao gênero, as marcas de autoria e as convenções de escrita (no caso das Categorias Poema e Redação).

Nesta 12ª edição do Prêmio, todos os trabalhos foram recebidos por meio eletrônico, facilitando, assim, seu processo de envio, de avaliação e de seleção. A partir de então, para que fossem

selecionados como premiados, os trabalhos foram submetidos a três etapas: na primeira etapa, a Comissão Técnica analisou e avaliou se os trabalhos entregues eletronicamente estavam legíveis; se o número de inscrição e a Categoria constantes na folha do trabalho entregue correspondiam a tais informações referentes à inscrição do aluno no sistema; na segunda etapa, os trabalhos foram distribuídos de forma eletrônica, por Categoria, para duplas de avaliadores componentes da nomeada Comissão Julgadora, a fim de que passassem por uma primeira análise, na qual foram observados, prioritariamente: se os trabalhos continham marcas de identificação dos alunos e/ou da escola, se retratavam adequadamente o tema proposto nesta 12ª edição do Prêmio, bem como se atendiam à finalidade e à forma do gênero/Categoria em questão; por fim, na terceira etapa, os integrantes da Comissão Julgadora reuniram-se na Sefin para avaliar, pontuar e classificar os trabalhos selecionados na fase anterior, considerando, para tanto, além da criatividade, da originalidade e da unidade de sentido do trabalho, os aspectos técnicos e formais inerentes a cada gênero/Categoria. Ao final da terceira etapa, sob o olhar e a participação de toda Comissão Julgadora, ficaram definidos os trabalhos vencedores (1º, 2º e 3º lugares) de cada ano do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, nas três Categorias previstas no Regulamento.

A solenidade de premiação ocorreu no dia 11 de dezembro de 2019, no Auditório Deputado Murilo Aguiar - Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Av. Desembargador Moreira, 2807 - Bairro Dionísio Torres), às 14 horas, com a presença do Secretário Municipal das Finanças, Sr. Jurandir Gurgel Gondim Filho; da Secretária Municipal da Educação, Sra. Antonia Dalila Saldanha de Freitas; do Secretário Executivo Municipal da Educação, Sr. Joaquim Aristides de Oliveira; do Coordenador Financeiro e representante da Secretaria de Educação do Estado do Ceará, Sr. Carlos Augusto Monteiro; da Coordenadora do grupo de Educação Fiscal e representante da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, Sra. Imaculada Maria Vidal da Silva; do Assessor do Gabinete do Superintendente da Receita Federal do Brasil, Sr. Paulo Régis Arcanjo Paulino; da Secretária Executiva da Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza, Sra. Paola Braga de Medeiros; da Coordenadora de Planejamento da Sefin, Sra. Adriana Islaia Carneiro Leal; da Gerente da Célula de Educação Fiscal da Sefin, Sra. Karina de Oliveira Câmara, além de servidores da Sefin, representantes das escolas, professores e alunos premiados, bem como seus familiares.

CONTEÚDO

1 O Prêmio

2 Metodologia

3 Critério de avaliação

4 Trabalhos premiados

5 Galeria de fotos

1 O PRÊMIO

O objetivo do Prêmio Sefin das Finanças Públicas Municipais - 12ª edição foi discutir com a comunidade escolar a visão de que o tributo é o preço da cidadania, uma vez que os recursos gerados viabilizam os gastos sociais com saúde, educação, segurança, além de outros investimentos, e criam as condições necessárias para vivermos em um país de cidadãos.

Esta 12ª edição do Prêmio buscou, principalmente, incentivar a inserção da matéria de Educação Fiscal nas salas de aula, com vistas a alcançar crianças e adolescentes regularmente matriculados, em 2019, nas escolas situadas no município de Fortaleza. Nesse contexto, portanto, foram premiadas produções de desenhos, poemas e redações, obedecendo à distribuição entre as seguintes Categorias:

- **Categoria I – Desenho (1º ao 4º ano do Ensino Fundamental);**
- **Categoria II – Poema (5º ao 8º ano do Ensino Fundamental);**
- **Categoria III – Redação (9º ano do Ensino Fundamental e 1º ao 3º ano do Ensino Médio).**

Os alunos das escolas situadas em Fortaleza, devidamente inscritos no sistema do Prêmio Sefin de Finanças Públicas – 12ª edição, participaram mediante a elaboração e o envio de um trabalho (em uma das supracitadas Categorias), retratando, de forma adequada, o tema abaixo:

“TRIBUTAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS”

Participaram do concurso alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental e do 1º ao 3º ano do Ensino Médio, regularmente matriculados nas escolas das redes de ensino pública e privada situadas no município de Fortaleza no ano letivo de 2019.

A inscrição no Prêmio Sefin de Finanças Públicas Municipais – 12ª Edição foi realizada pelo professor responsável pelo aluno, via internet, no endereço eletrônico: <https://premiosefin.com.br/>, sendo permitida a inscrição de quantos trabalhos desejasse, inclusive de diferentes turmas de alunos, no período de 09 de agosto de 2019 até a data limite de 11 de outubro de 2019.

A análise dos trabalhos entregues foi realizada pela Comissão Julgadora indicada no Regulamento e constituída pela Portaria nº 065/2019, de 25 de novembro de 2019, com representantes dos seguintes órgãos:

- Secretaria Municipal das Finanças de Fortaleza (Sefin);
- Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (Sefaz);
- Secretaria da Educação do Estado do Ceará (Seduc);
- Secretaria Municipal da Educação (SME);
- Escola Nacional de Administração Pública (Enap);
- Associação dos Professores de Estabelecimentos Oficiais Ceará (Apeoc);
- Secretaria de Cultura de Fortaleza (Secultfor);
- Receita Federal do Brasil (RFB);
- Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Ceará (Sinepe-CE);
- Conselho Municipal de Educação (CME);
- Sindicato dos Fazendários do Ceará (Sintaf);
- Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil no Ceará (Anfip-CE);
- Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco DS Ceará);
- Centro Universitário Estácio do Ceará;
- Secretarias Regionais de Fortaleza.

Os autores dos trabalhos classificados pela Comissão Julgadora do Prêmio Sefin de Finanças Públicas Municipais – 12ª Edição, distribuídos nas três Categorias previstas em Regulamento, foram premiados com 1 (um) smartphone.

O professor responsável pelo aluno contemplado nas Categorias I, II e III foi gratificado com a quantia de R\$1.000,00 (mil reais) pelo êxito obtido por meio da disseminação da Educação Fiscal no âmbito da sala de aula.

A Comissão Organizadora do Prêmio Sefin de Finanças Públicas Municipais – 12ª Edição foi formada pelos integrantes da Célula de Educação Fiscal: Allane Cristine Costa Magalhães; Danielle Ribeiro Lima; Karina de Oliveira Câmara; Karla Karolyna Silva de Oliveira; Kátia Lídia Braga dos Santos; Larissa Rodrigues de Medeiros; Maria de Lourdes Arrais Venâncio; Maria Joelma de Lima; Micheline Guelry Silva Albuquerque e pelos integrantes da Célula de Desenvolvimento de Soluções de Tecnologia da Informação: Carlos Eduardo Linhares Portugal; Francisco Adriano Carneiro da Silva; Gabriel Alencar Bezerra; Nilderlan Fernandes Pereira; Raniere Fontenele de Azevedo Costa.

COMISSÃO JULGADORA		
	ÓRGÃO	NOME
1	SEFIN	Catarina de Souza Melo Teixeira
		Danielle Ribeiro Lima
		Francisco Walecildo de Matos
		Glaucia Clementino de Araújo Rocha
		José Flávio Félix Bernardes
		Karina Oliveira Câmara
		Kátia Lidia Braga dos Santos
		Lucenildes Alves Diniz
		Marta Regina Grangeiro de Carvalho
		Mauro Porto Freire
		Micheline Guelry Silva Albuquerque
		Mônica Ciarlini Teixeira Evangelista
		Stênio Brito de Sena Junior
		Suely Costa Brito
Vanda Reis Albuquerque		
2	SEFAZ	Imaculada Maria Vidal da Silva
		Kleber Junio Silveira
3	RFB	Maria Joselice Lopes de Oliveira
		Vitor Carleial de Casimiro
4	SME	José Ernane Pereira Ferreira
		José Eduardo Azevedo da Silva
		Carlos de Léllis Alencar Luna
5	SECRETARIAS REGIONAIS DE FORTALEZA	Virna do Carmo Camarão
		Ana Leonilia Alves de Sousa
		Liandra Maria Mendes Marques
		Carlos Eduardo Araújo Almeida
		Soraia Figueiredo Marques
		Luis Pereira Rebouças
6	ENAP	Ana Carolina Sales Fonseca
		Aida Maria da Silva Pereira
7	SEDUC	Jailene de Araújo Menezes
		Paula de Carvalho Ferreira
		Alyne Costa de Castro
		Francisca Elsa Silva Franklin Araújo
8	SECULTFOR	Poliana Santos Braga
		Silvia Gabriela de Farias Carneiro
9	SINEPE - CE	Ana Célia Ferreira da Silva
10	APEOC	Josilma Rodrigues Frota
		Mauricio Manoel Santos da Silva
11	CME	Lucieudo Ferreira
		Maria Elza dos Santos Lima
		Wandelcy Peres Pinto
12	SINTAF	Remo César de Oliveira Moura
13	ANFIP	Maria Eliete Ribeiro Marques de Freitas
		Maria Aparecida Andrade Maia
14	SINDIFISCO	Monica Maria Andrade Torres Portugal
		Vicente Kleber de Melo Oliveira
15	ESTÁCIO DO CEARÁ	Patrícia Leite do Nascimento
		Paulo Henrique Vieira Gomes
		Vânia Freitas Lopes
		Amanda Thássya Ferreira Félix Pompeu Arruda
		Zaqueu Correia Mota Filho

Foram inscritos, no Prêmio Sefin de Finanças Públicas Municipais – 12ª Edição, 7.720 alunos e entregue 4.425 trabalhos. Deste montante, 148 trabalhos foram desclassificados por não atenderem a todas as exigências previstas em Regulamento, restando 4.277 trabalhos a serem avaliados pela Comissão Julgadora, conforme distribuição a seguir:

TRABALHOS			
CATEGORIAS	RECEBIDOS	VALIDADOS	VENCEDORES
I - Desenho	2.183	2.146	12
II - Poema	1.421	1.323	12
III - Redação	821	808	12
TOTAL	4.425	4.277	36

2 METODOLOGIA

O trabalho desenvolvido na realização do Prêmio Sefin de Finanças Públicas Municipais - 12ª edição envolveu cinco fases, descritas a seguir:

1ª fase: Divulgação do Prêmio e inscrições

O lançamento do Prêmio Sefin de Finanças Públicas Municipais - 12ª edição ocorreu no dia 09 de agosto de 2019, às 9 horas, na Escola Municipal de Tempo Integral Maria Odete da Silva Colares, situada na rua Coronel João de Oliveira, 687 - Messejana, tendo como público a comunidade escolar e representantes do Programa de Educação Fiscal da Secretaria Municipal das Finanças e dos demais órgãos integrantes do Grupo de Educação Fiscal do Estado do Ceará (GEFE).

A partir de então, as inscrições foram iniciadas, tendo sido realizadas pelo professor do aluno/candidato, no sítio do Prêmio Sefin de Finanças Públicas Municipais – 12ª Edição (<https://premiosefin.com.br/>), até o dia 11 de outubro de 2019.

De forma a fomentar as inscrições no Prêmio Sefin de Finanças Públicas Municipais - 12ª edição, algumas ações de divulgação foram realizadas pela Ceduf, tais como a aplicação do Projeto Escola com o Teatro de Bonecos, em 13 escolas públicas municipais, no qual, após a apresentação teatral, a equipe da Célula de Educação Fiscal (Ceduf) da Sefin apresentou o Prêmio e sua finalidade, bem como orientou os presentes acerca de todo processo de participação: inscrição, produção e envio dos trabalhos, abordando as principais exigências constantes no Regulamento.

Ainda nesse sentido e objetivando alcançar um maior número de inscritos, a equipe da Ceduf/ Sefin, mediante parceria travada com a Secretaria Municipal da Educação (SME) e com os Distritos de Educação das 6 (seis) Secretarias Regionais de Fortaleza, ministrou a Formação em Educação Fiscal para dois públicos: Coordenadores Pedagógicos do Ensino Fundamental II e Formadores dos Distritos de Educação do Município, com vistas a contribuir para a melhoria da compreensão da Educação Fiscal como um tema transversal, conforme preconizado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na qual os cursistas foram estimulados e orientados acerca da participação no Prêmio Sefin.

Ademais, em parceria com a Secretaria da Educação do Estado (Seduc), foi realizada a Formação Continuada em Educação Fiscal, na qual participaram docentes das 29 Escolas Estaduais de

ensino Médio em Tempo Integral de Fortaleza, momento em que os professores foram convidados a participar do Prêmio Sefin, mediante inscrição de seus alunos e orientação para produção dos trabalhos.

Acrescidas às iniciativas de divulgação mencionadas acima, ainda foram enviados correios eletrônicos para todos os professores lotados nas escolas públicas municipais, para todas as escolas da rede estadual, situadas em Fortaleza, por meio da Secretaria da Educação do Estado do Ceará (Seduc) e para escolas da rede privada da capital, contendo materiais de divulgação - folders com as informações necessárias à participação exitosa no concurso.

2ª fase: Recebimento dos trabalhos e validação

Efetuada a inscrição, os professores encaminharam os trabalhos concorrentes por meio da área exclusiva de acesso para professores, no endereço eletrônico: <https://premiosefin.com.br/>.

Concomitantemente ao período de inscrição e de envio dos trabalhos, por meio eletrônico, a Comissão Técnica realizou a 1ª etapa de avaliação dos trabalhos, que consistia no processo de certificação e de validação, quando não havendo inidoneidade das informações cadastrais, alimentadas no sítio do Prêmio no ato da inscrição, e de verificação concernente às regras expressas no Regulamento.

3ª fase: Reunião com Comissão Julgadora, distribuição e avaliação dos trabalhos

No dia 08 de novembro de 2019, os integrantes da Comissão Organizadora e da Comissão Julgadora participaram da reunião de alinhamento e de orientação acerca da forma de distribuição dos trabalhos, por meio eletrônico, e da organização das duplas por Categoria e ano de ensino, conforme relacionado abaixo:

RELAÇÃO DAS DUPLAS JULGADORAS POR CATEGORIA			
CATEGORIA	SÉRIE	DUPLA	NOME
DESENHO	1º	1	Josilma Rodrigues Frota Francisco Walecildo de Matos
		2	Mauricio Manoel Santos da Silva Suely Costa Brito
	2º	1	Poliana Santos Braga Vanda Reis Albuquerque
		2	Zaqueu Correia Mota Filho Lucenildes Alves Diniz

	3º	3	Luis Pereira Rebouças Silvia Gabriela de Farias Carneiro	
		1	Liandra Maria Mendes Marques Mauro Porto Freire	
		2	José Ernane Pereira Ferreira Glaucia Clementino de Araújo Rocha	
		3	Danielle Ribeiro Lima Marta Regina Grangeiro de Carvalho	
	4º	4	Ana Carolina Sales Fonseca Alyne Costa de Castro	
		1	Amanda Thássya Ferreira Félix Pompeu Arruda Karina Oliveira Câmara	
		2	José Eduardo Azevedo da Silva Catarina de Souza Melo Teixeira	
		3	Patrícia Leite do Nascimento Vicente Kleber de Melo Oliveira	
	POEMA	5º	4	Ana Célia Ferreira da Silva Kátia Lidia Braga dos Santos
			1	Lucieudo Ferreira Virna do Carmo Camarão
		6º	2	Francisca Elsa Silva Franklin Araújo Remo César de Oliveira Moura
			1	Wandelcy Peres Pinto Maria Aparecida Andrade Maia
7º		2	Paula de Carvalho Ferreira Aida Maria da Silva Pereira	
		1	Jailene de Araújo Menezes Maria Eliete Ribeiro Marques de Freitas	
8º		2	Carlos Eduardo Araújo Almeida Mônica Maria de Andrade Torres Portugal	
		1	Carlos Lellis Alencar Luna Maria Joselice Lopes de Oliveira	
REDAÇÃO		9º	2	Soraia Figueiredo Marques Kleber Junio Silveira
			1	Maria Elza dos Santos Lima José Flávio Félix Bernardes
		1º	2	Vânia Freitas Lopes Vitor Carleial de Casimiro
			1	Paulo Henrique Vieira Gomes Imaculada Maria Vidal da Silva
	2		Micheline Guelry Silva Albuquerque Stenio Brito de Sena Junior	
3º	3	Ana Leonilia Alves de Sousa Monica Ciarlini Teixeira Evangelista		

A partir dessa reunião, sob as orientações tecnológicas de uso do sistema de avaliação e os alinhamentos e os direcionamentos relacionados aos critérios para análise dos trabalhos, os julgadores realizaram a 2ª etapa de avaliação, na qual foram observados, prioritariamente: se os trabalhos retratavam adequadamente o tema proposto nesta 12ª edição do Prêmio (“Tributação e políticas públicas”), bem como se atendiam à finalidade e à forma do gênero/Categoria em questão. Somente os trabalhos selecionados, nessa etapa, sob o julgo de dois avaliadores, de forma independente, mas unânime, foram submetidos à avaliação da Comissão Julgadora na 3ª etapa.

Assim, nos dias 19 e 20 de novembro de 2019, a Comissão Julgadora reuniu-se para avaliar, pontuar e classificar os trabalhos selecionados na 2ª etapa, considerando, para tanto, além da criatividade, da originalidade e da unidade de sentido do trabalho, os aspectos técnicos e formais inerentes a cada gênero/Categoria. Ao final da terceira etapa, sob o olhar e a participação presencial da Comissão Julgadora, ficaram definidos os trabalhos vencedores (1º, 2º e 3º lugares) de cada ano de ensino, nas três Categorias, conforme previstas no Regulamento.

4ª fase: Divulgação do resultado.

Conforme previsto no Regulamento do Prêmio Sefin de Finanças Públicas Municipais – 12ª edição, o resultado final dos vencedores foi divulgado no endereço eletrônico: <https://premiosefin.com.br/>, no dia 22 de novembro de 2019. Nessa data, a equipe organizadora do certame entrou em contato com os professores responsáveis pelas inscrições dos alunos vencedores, a fim de informá-los e parabenizá-los acerca do resultado exitoso, bem como para elucidar que já se encontravam divulgados os vencedores no sítio do Prêmio Sefin. Na oportunidade, foi solicitado que os professores orientadores dos trabalhos selecionados enviassem a documentação necessária à efetivação do depósito da gratificação pela sua atuação como disseminador da Educação Fiscal em sala de aula, conforme prevista no Regulamento.

5ª fase: Solenidade de entrega da premiação

A solenidade de premiação ocorreu, no dia 11 de dezembro de 2019, no Auditório Deputado Murilo Aguiar - Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, situado na Av. Desembargador Moreira, 2807 - Bairro Dionísio Torres, às 14 horas, com a presença do Secretário Municipal das Finanças, Sr. Jurandir Gurgel Gondim Filho; da Secretária Municipal da Educação, Sra. Antonia Dalila Saldanha de Freitas; do Secretário Executivo Municipal da Educação, Sr. Joaquim Aristides de Oliveira; do Coordenador Financeiro e representante da Secretaria da Educação do Estado do Ceará, Sr.

Carlos Augusto Monteiro; da Coordenadora do grupo de Educação Fiscal e representante da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, Sra. Imaculada Maria Vidal da Silva; do Assessor do Gabinete do Superintendente da Receita Federal do Brasil, Sr. Paulo Régis Arcanjo Paulino; da Secretária Executiva da Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza, Sra. Paola Braga de Medeiros; da Coordenadora de Planejamento da Sefin, Sra. Adriana Islaia Carneiro Leal; da Gerente da Célula de Educação Fiscal da Sefin, Sra. Karina de oliveira Câmara, além de servidores da Secretaria Municipal das Finanças, representantes das escolas, professores e alunos premiados, bem como seus familiares.

A abertura do evento deu-se com a apresentação do Coral da Sefaz. Dando continuidade à programação do evento, foram convidadas as autoridades presentes, elencadas abaixo, para compor a mesa.

- **Jurandir Gurgel Gondim Filho** – Secretário Municipal das Finanças.
- **Antonia Dalila Saldanha de Freitas** – Secretária Municipal da Educação.
- **Paulo Régis Arcanjo Paulino** – Assessor do Gabinete do Superintendente da Receita Federal do Brasil.
- **Paola Braga de Medeiros** – Secretária Executiva da Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza
- **Imaculada Maria Vidal da Silva** – Coordenadora do grupo de Educação Fiscal e representante da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará.
- **Karina Oliveira Câmara** – Gerente da Célula de Educação Fiscal da Sefin.

Após as saudações, os pronunciamentos e as boas-vindas das autoridades, foi realizada a entrega dos prêmios e dos certificados aos alunos, dos certificados aos professores, dos certificados de participação às escolas e dos certificados aos membros da Comissão Julgadora.

Foram premiados com um smartphone os 3 (três) melhores trabalhos de cada ano do Ensino Fundamental, nas Categorias I, II, III. O professor responsável pelo aluno premiado nas Categorias I, II e III recebeu o valor correspondente a R\$1.000,00 (mil reais), por cada trabalho premiado, como reconhecimento pela sua atuação na disseminação da Educação Fiscal, no âmbito da sala de aula, depositado em agência bancária e conta corrente/poupança informada à Comissão Organizadora do concurso.

Foram entregues, também, Certificados de Menção Honrosa pela participação ou pela disseminação da Educação Fiscal na instituição de ensino aos alunos vencedores, aos seus

professores orientadores, às escolas que tiveram trabalhos premiados e aos membros da Comissão Julgadora.

3 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação realizada pela Comissão Julgadora do Prêmio Sefin de Finanças Públicas Municipais – 12ª Edição levou em consideração os critérios elencados abaixo.

CATEGORIA I Desenho (1º ao 4ºano)

1 – PERTINÊNCIA AO TEMA “TRIBUTAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS”
a) O tema está sendo retratado de forma pertinente no desenho?
2 – ORIGINALIDADE E CRIATIVIDADE DO DESENHO.
a) O desenho apresenta-se de forma peculiar, original e criativa, envolvendo seu público?
3 – QUALIDADE DA MENSAGEM REVELADA NO DESENHO.
a) Há relação expressiva entre a forma do desenho e a mensagem pretendida?
4 – QUALIDADE ARTÍSTICA (VIVACIDADE, TRAÇADO E COLORIDO).
a) Quanto à qualidade artística, o desenho possui: <ul style="list-style-type: none">• vivacidade e traçado (expressividade)?• colorido (harmonia da composição)?

CATEGORIA II

Poema (5º ao 8ºano)

1 – QUANTO AO TEMA “TRIBUTAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS”

a) O poema reporta-se de forma pertinente ao tema?

2 – ADEQUAÇÃO AO GÊNERO

Adequação Discursiva	a) Considerado em seu conjunto, o texto tem unidade de sentido?
	b) Atende a finalidades predominantemente estéticas?
Adequação Linguística	Para a construção do poema, o autor utiliza alguns dos recursos poéticos, como:
	c) Organização em versos e estrofes?
	d) Efeitos sonoros: ritmo marcado (regular ou irregular) e rimas (regulares e ocasionais)?
	e) Repetição de letras, palavras ou expressões?
	f) Repetição da mesma construção (paralelismo sintático)?
g) Emprego de figuras: comparação, metáforas ou personificação e outros recursos eventualmente utilizados para produção de efeitos estéticos apropriados?	

3 – MARCAS DE AUTORIA

a) Por suas escolhas, recursos e procedimentos literários, o poema envolve e seduz o leitor?

b) O retrato poético revela um modo peculiar de ver a situação?

4 – NORMA PADRÃO

a) O poema segue a modalidade escrita formal da língua portuguesa (morfossintaxe, ortografia, acentuação e pontuação) e de escolha de registro ou rompe com elas, propositalmente, visando à poeticidade?

CATEGORIA III

Redação (9ºano do EF ao 3º ano do EM)

1 – QUANTO AO TEMA “TRIBUTAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS”	
a) O texto reporta-se de forma significativa e pertinente ao tema?	
2 – ADEQUAÇÃO AO GÊNERO	
Adequação Discursiva	a) Há a presença da tese, da problemática e dos argumentos adequados à tipologia textual dissertativa-argumentativa? b) O texto deixa transparecer que o autor mobilizou informações pertinentes e diversificadas para a sustentação da argumentação? c) Há uma articulação adequada entre as ideias apresentadas?
Adequação Linguística	d) O texto deixa transparecer claramente o ponto de partida (os dados) e a conclusão a que pretende chegar? e) Os argumentos que sustentam a tese estão estruturados de forma consistente, garantindo coerência ao texto? f) Há uso das estratégias argumentativas como: de exemplo, de autoridade, de comparação, de causa/consequência? g) O texto é coeso? Os elementos de articulação são adequadamente utilizados?
3 – MARCAS DE AUTORIA	
a) O autor usou recursos adequados para prender a atenção do leitor?	
b) O texto convence o leitor?	
4 – NORMA PADRÃO	
a) O texto demonstra domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa (morfossintaxe, ortografia, acentuação e pontuação) e de escolha de registro?	

4 TRABALHOS PREMIADOS

CATEGORIA I Desenho (1º ao 4ºano do EF)

1º ANO	
1º LUGAR	
Nome	Sofia Costa Moraes Igaki
Escola	Colégio Odilon Braveza – Organização Educacional Farias Brito
Professora	Fernanda Sales de Farias Moreira
2º LUGAR	
Nome	Artur Ramos Bezerra
Escola	Colégio Odilon Braveza – Organização Educacional Farias Brito
Professora	Fernanda Sales de Farias Moreira
3º LUGAR	
Nome	Fernanda Bandeira Achilles
Escola	Colégio Odilon Braveza – Organização Educacional Farias Brito
Professora	Fernanda Sales de Farias Moreira

2º ANO	
1º LUGAR	
Nome	Antonio Riquelme Nunes Lopes
Escola	Escola Municipal Antônio Sales
Professora	Ana Neiry de Oliveira Miranda
2º LUGAR	
Nome	Maria Clara Cavalcante do Nascimento Alves
Escola	Escola Municipal Antônio Sales
Professora	Ana Neiry de Oliveira Miranda
3º LUGAR	
Nome	João Mateus Yang
Escola	Colégio Odilon Braveza – Organização Educacional Farias Brito
Professora	Rayane da Silva Farias

CATEGORIA I

Desenho (1º ao 4ºano do EF)

3º ANO

1º LUGAR

Nome	Marilia Gabrielle Gomes Pinto
Escola	Colégio Menino Jesus de Praga
Professora	Carlos Eduardo Henrique Braga

2º LUGAR

Nome	Laura Rafany de Carvalho Silva
Escola	Colégio Menino Jesus de Praga
Professora	Carlos Eduardo Henrique Braga

3º LUGAR

Nome	Lívia Alencar Brandão
Escola	Colégio Menino Jesus de Praga
Professora	Carlos Eduardo Henrique Braga

4º ANO

1º LUGAR

Nome	Klysmann Lopes Silva
Escola	Escola Municipal Raimundo de Sousa Mangueira
Professora	Losângeles Coelho Correia de Andrade

2º LUGAR

Nome	Arthur Adler Pereira Menezes da Silva
Escola	Colégio Menino Jesus de Praga
Professora	Carlos Eduardo Henrique Braga

3º LUGAR

Nome	Amabile Miranda Teixeira
Escola	Colégio Menino Jesus de Praga
Professora	Carlos Eduardo Henrique Braga

CATEGORIA II

Poema (5º ao 8ºano do EF)

5º ANO

1º LUGAR

Nome	Laura de Araújo Freitas
Escola	Colégio da Polícia Militar do Ceará General Edgard Facó
Professora	Cristiana Maria Crispim de Holanda

2º LUGAR

Nome	Geovana Vidal
Escola	Colégio Master Sul
Professora	Fernanda Claudio Vieira Cruz

3º LUGAR

Nome	Maria Clara da Silveira Clementino Leite Pinto
Escola	Colégio Antares
Professora	Maria Adelaide Passos Carneiro

6º ANO

1º LUGAR

Nome	Thalia Ketley Ribeiro da Silva
Escola	Escola Municipal de Tempo Integral Nossa Senhora de Fátima
Professora	Ana Patrícia do Nascimento Aquino Calixto

2º LUGAR

Nome	Rhavenna Ponciano de Oliveira
Escola	Escola Municipal Secretário Paulo Petrola
Professora	Anaryel Barroso de Freitas

3º LUGAR

Nome	Samyla Soares Ferreira Lima
Escola	Escola Municipal Marieta Cals
Professora	Elaine Luzia da Silva

CATEGORIA II

Poema (5º ao 8ºano do EF)

7º ANO

1º LUGAR

Nome	Hélen da Silveira Falcão
Escola	Colégio Militar do Corpo de Bombeiros
Professora	Maria Regina Moura de Carvalho

2º LUGAR

Nome	Ana Beatriz Queiroz Cavalcante
Escola	Colégio Nossa Senhora das Graças
Professora	Laura Poliana Ramalho Garcia

3º LUGAR

Nome	Hadassah Silva Oliveira
Escola	Colégio Militar do Corpo de Bombeiros
Professora	Maria Regina Moura de Carvalho

8º ANO

1º LUGAR

Nome	Ana Roberta Castro Dantas
Escola	Escola Municipal José de Alencar
Professora	Shirley Lopes Oliveira Souza

2º LUGAR

Nome	Maria Eduarda Ferreira de Brito
Escola	Escola Municipal de Tempo Integral Guiomar da Silva Almeida
Professora	Marcia dos Santos Carvalho

3º LUGAR

Nome	Webert Thomas Ferreira da Silva
Escola	Escola Municipal José de Alencar
Professora	Shirley Lopes Oliveira Souza

CATEGORIA III
Redação (9ºano do EF ao 3º ano do EM)

9º ANO

1º LUGAR

Nome	Israel Wendel Soares Sinfronio
Escola	Escola Municipal José de Alencar
Professora	Shirley Lopes Oliveira Souza

2º LUGAR

Nome	Laisa Anne Nunes Lima
Escola	Colégio Militar do Corpo de Bombeiros
Professora	Maria Regina Moura de Carvalho

3º LUGAR

Nome	Paula Lima Guerra
Escola	Colégio Militar de Fortaleza
Professora	Carlos Eduardo Ferreira da Cruz

1º ANO

1º LUGAR

Nome	Maria Alice Gomes Joca
Escola	Colégio Farias Brito Jovem Seis Bocas
Professora	Mariliana Costa da Silva

2º LUGAR

Nome	Vinícius Soares Néo
Escola	Colégio Nossa Senhora das Graças
Professora	Laura Poliana Ramalho Garcia

3º LUGAR

Nome	Amanda Araújo Carvalho
Escola	Colégio Farias Brito Pré-Vestibular Central
Professora	Mariliana Costa da Silva

CATEGORIA III

Redação (9ºano do EF ao 3º ano do EM)

2º ANO

1º LUGAR

Nome	Thamile Chaves dos Santos
Escola	Colégio da Polícia Militar do Ceará General Edgard Facó
Professora	Lizandra de Camargo Alves

2º LUGAR

Nome	Bárbara de Queiroz Barreto Magalhães
Escola	Colégio Farias Brito Jovem Seis Bocas
Professora	Mariliana Costa da Silva

3º LUGAR

Nome	Ana Paula Veiga de Oliveira
Escola	Colégio Militar de Fortaleza
Professora	Hildenize Andrade Laurindo

3º ANO

1º LUGAR

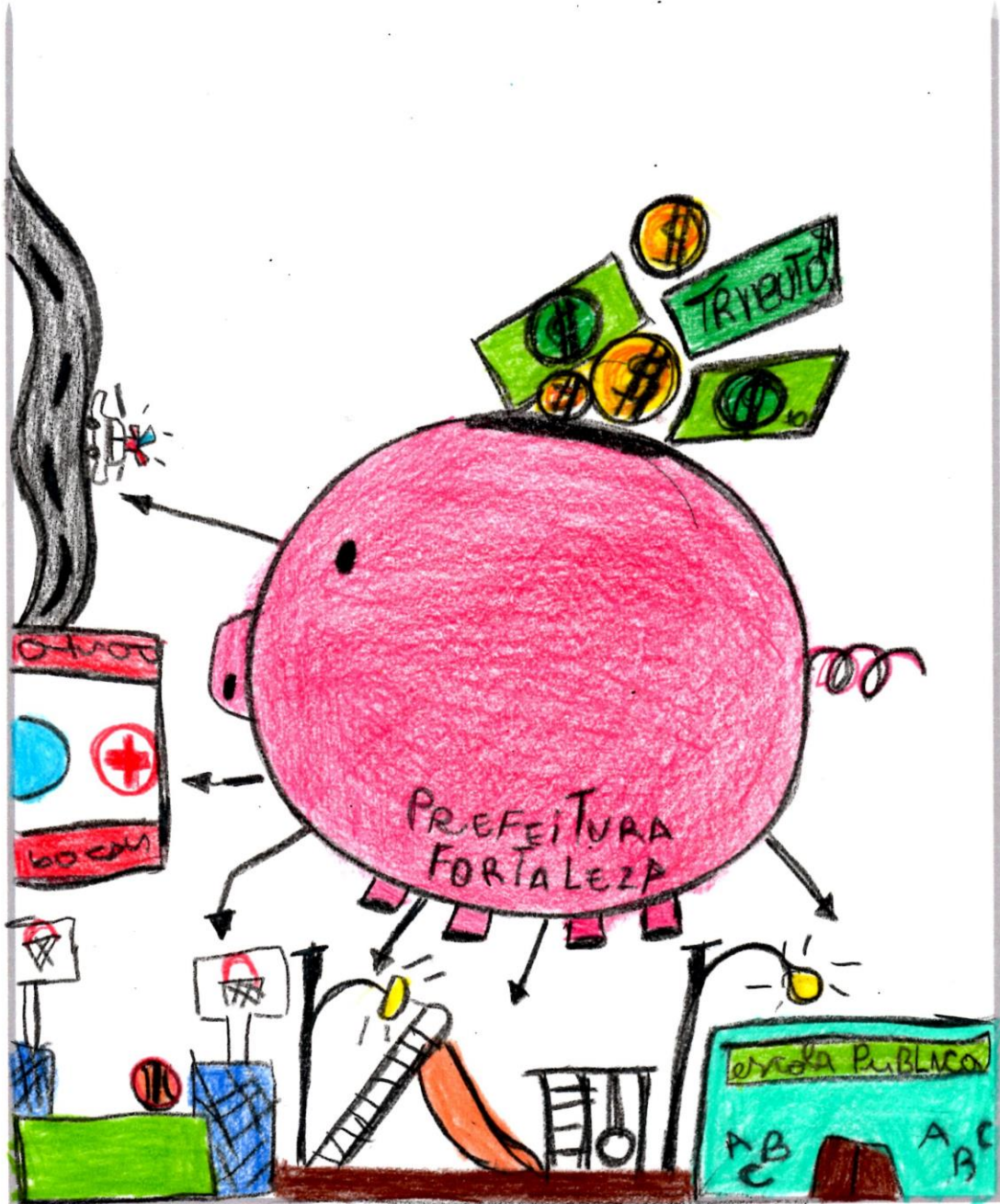
Nome	Gabriela Guasti Guedes
Escola	Colégio Ari de Sá Cavalcante - Aldeota
Professora	Tereza Raquel Costa Monteiro

2º LUGAR

Nome	Sarah Nilce Silva de Carvalho
Escola	Escola Estadual de Ensino Profissional Comendador Miguel Gurgel
Professora	Paulo Robson de Souza Silva

3º LUGAR

Nome	Ingrid Barros de Lima
Escola	Escola Estadual de Ensino Profissional Comendador Miguel Gurgel
Professora	Paulo Robson de Souza Silva



1) Não se identificar na folha de trabalho.





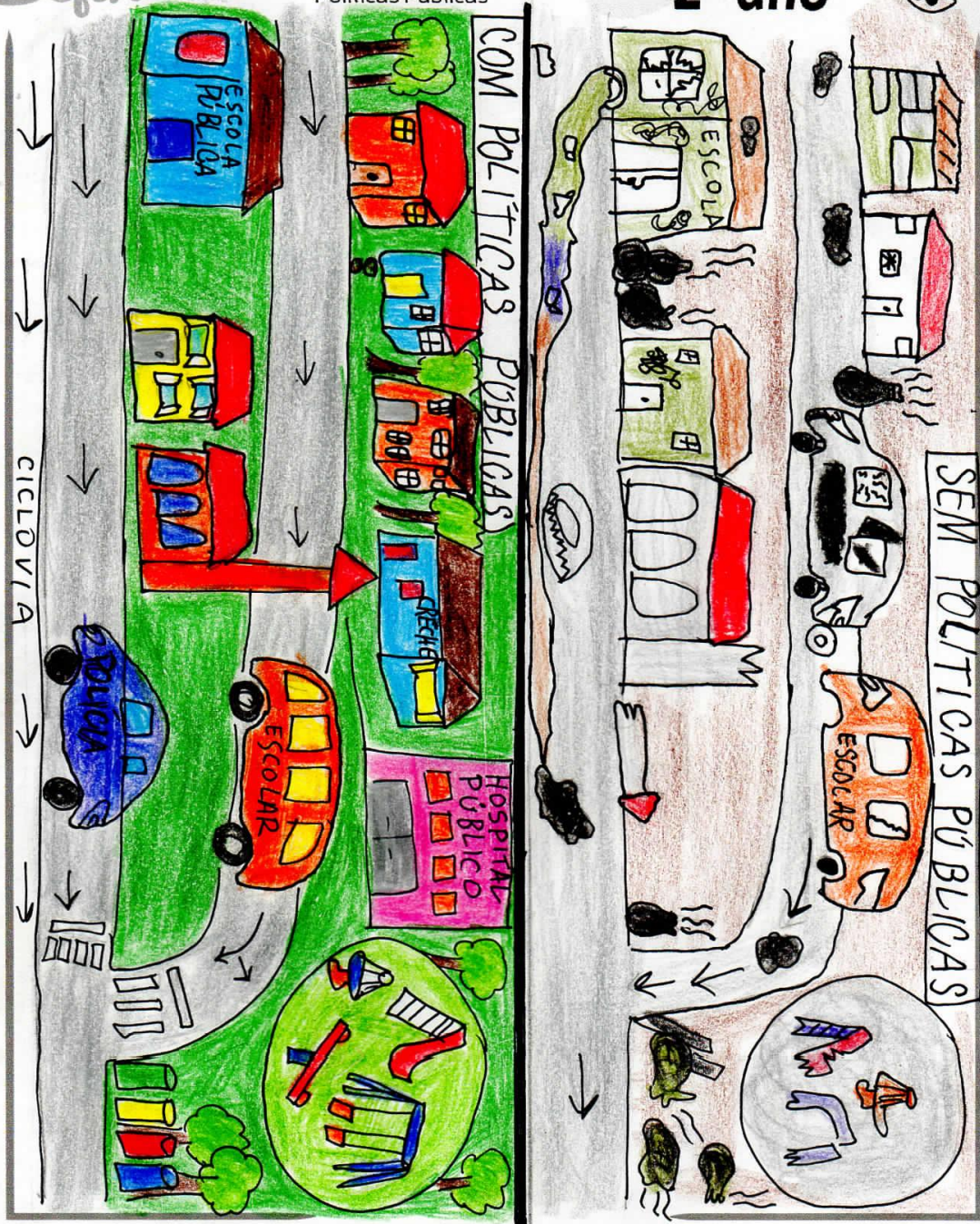
1) Não se identificar na folha de trabalho.





1) Não se identificar na folha de trabalho.





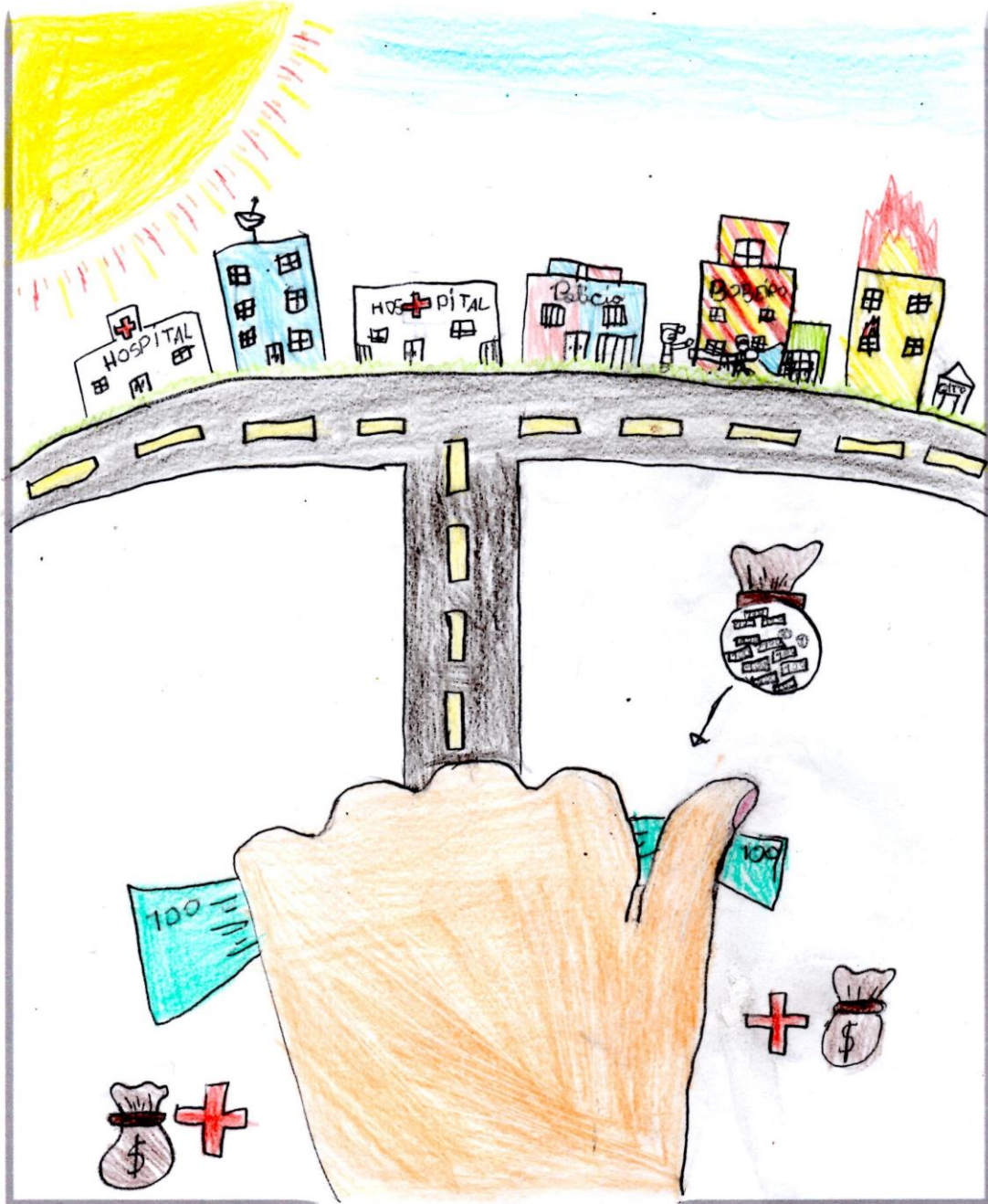
1) Não se identificar na folha de trabalho.





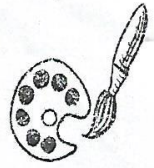
1) Não se identificar na folha de trabalho.



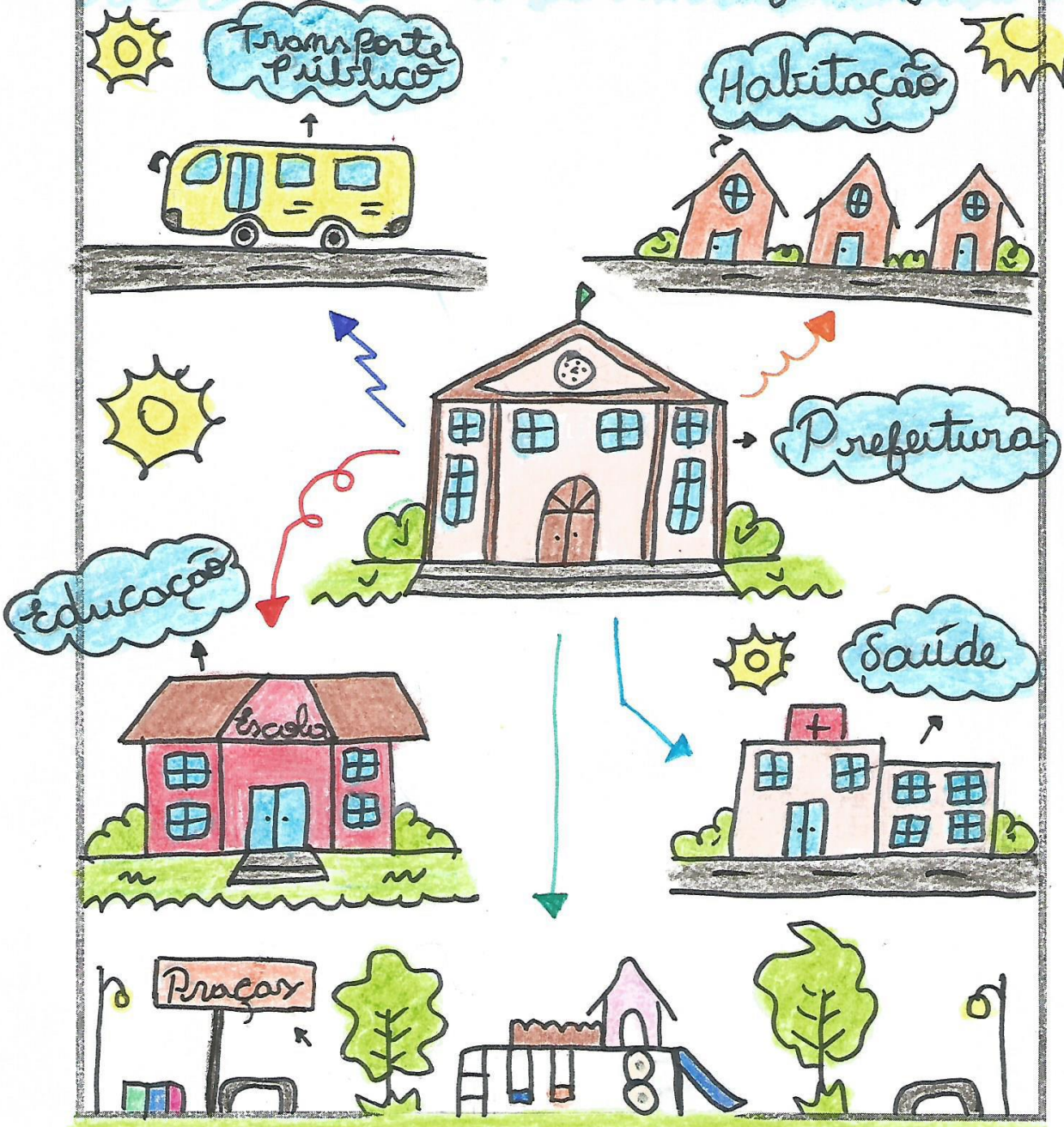


1) Não se identificar na folha de trabalho.





Pra onde vão os tributos que pagamos ?



1) Não se identificar na folha de trabalho.





1) Não se identificar na folha de trabalho.





1) Não se identificar na folha de trabalho.



17110

"Tributação e
Políticas Públicas"

Desenho
4º ano





1) Não se identificar na folha de trabalho.



12º Prêmio
Celinus

17271

"Tributação e
Políticas Públicas"

Desenho
4º ano



1) Não se identificar na folha de trabalho.



Tributação e Políticas Públicas

Vivemos em um país de impostos.
E todos devemos pagá-los. fiquem
especialistas para o que eu vou dizer.
É importante e todos devem saber.

Para uma casa IPTU;
Para um carro IPVA;
Para mercadorias ICMS;
Para serviços prestados ISS;

Quer saúde e educação?
E emprego para o cidadão?
Agora eu lhe pergunto,
Está cumprindo sua obrigação?

Para o país prosperar,
Todos os impostos devemos pagar.
Não importa se ganha mil ou um milhão.
Tem que cumprir sua obrigação.

1) Escrever em formato de Poema; 2) Manuscrito somente com caneta esferográfica azul ou preta.; 3) Não se identificar na folha de trabalho.





Tributos

O bem estar social de uma nação
Depende dos recursos arrecadados
Só assim o governo terá condição
De fornecer os serviços demandados

Serviços públicos de qualidade para os cidadãos
Dependem da nossa contribuição
Para educação, segurança e saúde
Precisam ser usados com atitude

Para o bem comum ser construído
É preciso que os deveres sejam cumpridos
E o dinheiro arrecadado deve ser usado
Para tornar nosso País mais desenvolvido

1) Escrever em formato de Poema; 2) Manuscrito somente com caneta esferográfica azul ou preta.; 3) Não se identificar na folha de trabalho.





Um povo com um quêl financeiro

Tudo mês vejo meus pais
Pagando conta

Foi então que descobri

Que parte daquilo é tributo

Um companheiro indispensável e absoluto

IPTU, IPVA, ICMS

Imposto de renda, o famoso leão, uéu!

É dinheiro de montão

Saúde, educação, transporte e segurança

São políticas importantes

Para o bem-estar

Do adulto, do idoso e da criança

Mas para tudo isso funcionarem

A nós cabe pagar o imposto

E o governo bem administrar

1) Escrever em formato de Poema; 2) Manuscrito somente com caneta esferográfica azul ou preta; 3) Não se identificar na folha de trabalho.





A tributação é importante
para o serviço público poder oferecer:
Saúde, segurança, educação e lazer.

Ela é provinda de impostos e taxas
que os cidadãos aos governos pagam
Realizando sua contribuição de cidadão
Para melhoria da nossa nação.

E é por meio das políticas públicas
que os políticos administram a tributação
transformando em benefícios
Como construção de edifícios
Proporcionando aos mais carentes
Sua primeira habitação.

É também por meio da tributação
que são pagos os professores
que preparam as futuras gerações
que irão servir nossa nação.

1) Escrever em formato de Poema; 2) Manuscrito somente com caneta esferográfica azul ou preta.; ?; Não se identificar na folha de trabalho.





Minha terra tem tributos
Muitas contas a pagar
Cada centavo que eu pago
Eu sei onde vai parar

Saúde, transporte e educação
Tudo garantido na constituição
Segurança não posso deixar de citar
Como é bom para casas poder voltar

Cada compra, cada venda
Temos que informar
Esses também são
jeitos de ajudar

Faca chuva, faça sol
Eu não vou sossegar
Meus direitos e deveres
Vou exercitar
Assim cresce o Brasil e o Ceará

17º

Premio
Efin

17742

"Tributação e
Políticas Públicas"

Poema
6º ano



ABC da Tributação

Falo agora com emoção
O ABC da Tributação
É bem fácil de aprender
Basta se você quiser
Começando pela "A"
Eu escrevo arrecador
Segue com a letra "B"
Bem longe de escrever
"C" de contribuições
Pra ajudar minha Nação
Caminhando mais pra frente
No progresso e no ABC
Eu encontro a letra "S"
Em seguida a letra "T"
Pra dizer que o sucesso
Segue a Tributação
É a política que é pública
Sempre faz bem à Nação!

1) Escrever em formato de Poema. 2) Manuscrito somente com caneta esferográfica azul ou preta. 3) Não se identificar na folha de trabalho.

premioefin.com.br





O governo cobra imposto
E o cidadão tem que pagar
Para os benefícios esperados
A sociedade encontrar.

A Educação Social
Tem que estar sempre presente
Para formar desde criança
Cidadãos mais conscientes.

Os impostos não usados
Para os políticos públicos aplicar
Escola, estradas e seguranga
O governo tem que bancar.

Tudo que é arrecadado
Tem que voltar para a sociedade
Saúde, seguranga e transporte
São sempre prioridade.

1) Escrever em formato de Poema; 2) Manuscrito somente com caneta esferográfica azul ou preta.; 3) Não se identificar na folha de trabalho.





A relação que é bom entender
Tributações são impostas à sociedade
Por aqueles que gerenciam a comunidade
São importantes para nossa evolução
Se preciso, reconstroem uma nação!

Com elas, financiam escolas
Diminuem os pedidos de esmola
Tornam minha rua mais segura
Vai acontecer também com a sua.

É por isso das políticas públicas
Que governantes atendem as nossas súplicas
Em relação à segurança, saúde e educação
Trinjei essencial da nossa Constituição.

É por isso, minha gente
Que não faz mal sempre lembrar
Tributação e políticas públicas
Fazem bem a qualquer lugar!

1) Escrever em formato de Poema; 2) Manuscrito somente com caneta esferográfica azul ou preta.; 3) Não se identificar na folha de trabalho.





Tributos são pagamentos
Deveres a serem cumpridos
Com responsabilidade
Essa é a verdade.

Políticas públicas são ações
Que o governo deve executar
Elas influenciam a vida do cidadão
Desde o médico até o motorista de caminhão.

Tributos e políticas públicas
São importantes na sociedade
Pois auxiliam o governo
A investir com seriedade.

Saúde, educação e segurança
Pagas com as nossas finanças
São políticas públicas
Operadas pela liderança.

1) Escrever em formato de Poema; 2) Manuscrito somente com caneta esferográfica azul ou preta.; 3) Não se identificar na folha de trabalho.





Saudações, sou o Supertributo!
Com os serviços públicos me preocupo
Das políticas públicas eu cuido.
Sou defensor do cidadão
Minha inimiga é a Sonegação
Já salvei muitos doentes
que precisavam de medicação
às crianças carentes de educação
É aqueles que são vítimas
de muitas desigualdades
dei a cada um deles
o direito à dignidade

Quero deixar você avisado
Com as políticas públicas
tenha o devido cuidado
Calme das autoridades
Não seja alguém descuidado
Você deve ser respeitado
Este era o meu recado.

1) Escrever em formato de Poema; 2) Manuscrito somente com caneta esferográfica azul ou preta.; 3) Não se identificar na folha de trabalho.





Metamorfose tributária

Conheço um amiguinho muito genial
Chama-se tributo, ela que legal!
Melhora nossa saúde e educação
Dá-nos emprego, lazer e diversão.

Mas ouça, cidadão
Para que as Políticas Públicas vivam
Nosso processo tributo
Tem que estar em boas mãos.

Eis, senhores governantes!
Acharam que iam ficar de fora?
Nanananá!

Sua parte também façam
Distribuam bem os tributos
De forma que voltem à população.

1) Escrever em formato de Poema; 2) Manuscrito somente com caneta esferográfica azul ou preta.; 3) Não se identificar na folha de trabalho.





Deixo contar para você
uma história diferente
de um prefeito inteligente.
É que o povo do seu lugar
os tributos se recusava pagar.
Foi então que o prefeito
teve uma ideia genial:
implantar em todas as escolas
a educação fiscal.
Depois de algum tempo
tudo se modificou,
através do conhecimento
a população se conscientizou.
Hoje os moradores sabem
o poder que tem a tributação.
Quem não é um dinheiro em vão.
E sobre as políticas públicas
também aprenderam a lição.
Descobriram que são elas
que asseguram o direito do cidadão.

1) Escrever em formato de Poema; 2) Manuscrito somente com caneta esferográfica azul ou preta.; 3) Não se identificar na folha de trabalho.





1 É com muita frequência que nos deparamos com pessoas que
2 reclamam da tributação no Brasil. Para uma grande parcela da po-
3 pulação as taxas e os impostos que aqui são cobrados, além de
4 serem exorbitantes têm como retorno serviços públicos de baixa
5 qualidade. Todavia, o que raramente se observa é que esses tributos
6 são primordiais para a execução das políticas públicas que bene-
7 ficiam todos os cidadãos.

8 Resumidamente, o tributo é um valor em dinheiro, instituído por
9 lei, pago pelos contribuintes aos governos federal, estadual e mu-
10 nicipal e aplicado em serventia e amparo da coletividade. É por meio
11 do tributo que o Estado satisfaz as necessidades coletivas no âm-
12 bito da saúde, educação, habitação, segurança, transporte, entre
13 outros. Já as Políticas Públicas são conjuntos de programas, ações
14 e decisões tomadas pelos governos que visam garantir ao povo seus
15 direitos previstos na Constituição. min

16 Como exemplo de políticas públicas que já existem temos a
17 da educação e a da saúde com sistemas nacionais já implantados.
18 São projetos como esses que permitem a uma criança carente o
19 acesso à escola e ao idoso um tratamento médico mais humanizado.
20 Porém, não há como dar prosseguimento a essas políticas públicas
21 ou elaborar outras se o brasileiro continuar cometendo o crime da
22 sonegação.

23 É crucial que as pessoas tenham consciência de que pagar os tributos
24 é um dever de cidadania. Como tão bem discorreu o cronista Marco
25 Bianchi ao comentar sobre o que é ser cidadão: "Um sujeito honesto que
26 paga seus impostos em dia e contribui para o desenvolvimento do país."
27 Portanto, caberá a cada um de nós, como membro da sociedade, evitar
28 a sonegação bem como fiscalizar e cobrar das autoridades que as
29 ações implantadas pelas políticas públicas funcionem em todos os
30 territórios desde o municipal até o federal. máx

1) Manuscrito somente com caneta esferográfica azul ou preta; 2) Não se identificar na folha de trabalho.





1 Todos os cidadãos brasileiros pagam tributos, seja
2 na compra de um quilo de arroz ou de uma casa,
3 porém a maioria deles não sabe a importância des-
4 se pagamento e o quanto ele é essencial para a ma-
5 nutenção do local onde vivem, tanto cidades quanto
6 países?

7 É preciso que todos entendam que, pagando os tri-
8 butos, estão contribuindo para o desenvolvimento da
9 sua cidade. Com eles os governantes adquirem recur-
10 sos financeiros para colocar em prática as políti-
11 cas públicas, que são ações baseadas nas neces-
12 sidades prioritárias da sociedade. Quando é identi-
13 ficada uma necessidade pública, o governo elabora
14 uma política pública, a fim de atender essa
15 necessidade. n.iii

16 Nessa forma, percebemos que o cidadão, além
17 de financiador, é destinatário de políticas públicas,
18 uma vez que é com o dinheiro oriundo dos tri-
19 butos que o governo prevê serviços à sociedade,
20 como a construção e manutenção de estradas, tra-
21 tamento e abastecimento de água, produção e dis-
22 tribuição de energia elétrica, assistência médica
23 e hospitalar, entre outras.

24 Com isso, é fundamental que sejam propagadas
25 na sociedade, os conhecimentos necessários que a
26 façam perceber essa relação de dependência entre
27 as políticas públicas e os tributos, ou seja, a efe-
28 tivação dos seus direitos fundamentais e a exis-
29 tência de recursos financeiros para sustentá-los.

máx

1) Manuscrito somente com caneta esferográfica azul ou preta.; 2) Não se identificar na folha de trabalho.





1 Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades de-
2 servidas pelo Estado que afetam todos os cidadãos, visto que tem como principal fi-
3 nalidade promover o bem-estar social. Isso torna-se possível devido ao uso dos recursos
4 financeiros provenientes das receitas tributárias. Por isso, uma maior divulgação sobre
5 a importância dos tributos e da fiscalização dos gastos é de grande peso para contribu-
6 ir com uma melhor educação fiscal.

7 A tributação muitas vezes é vista, injustamente, como uma forma de exploração es-
8 tatal relacionada, na maioria dos casos, à falta de conhecimento sobre o assunto. Tribu-
9 tos correspondem a impostos, divididos em diretos e indiretos, taxas de serviços públicos e con-
10 tribuições de melhoria. Eles não são a principal fonte de recursos para a manutenção do gover-
11 no, e que possibilita o atendimento básico da população como escola, saúde e segurança
12 pública, por exemplo.

13 No contexto social vigente, ainda não identificamos casos de renúncia fiscal, ligados
14 comumente a falhas de órgãos fiscalizadores competentes, comprometendo a qualidade dos ser-
15 viços públicos. Outro ponto é a ineficiência da aplicação dos recursos arrecadados nos níveis mu-
16 ciais, como se pode constatar pelas deficientes estruturas escolares, hospitalares, dentre outras.
17 Por isso, urge uma maior transparência na gestão, um maior controle social e um maior enga-
18 jamento dos cidadãos no combate ao mau uso do dinheiro público.

19 Diante do exposto, é essencial que o setor público revista o planejamento de suas políticas
20 e incentive a educação fiscal e tributária por meio de cursos, debates e ações com vista a
21 atingir a população em geral. Além de um maior processo de transparência e, consequente-
22 mente, maior consciência política, essas práticas têm o objetivo de estreitar laços entre po-
23 pulação e Estado. É importante também que os cidadãos, advogados, ajudem no processo, au-
24 xiliando no combate à corrupção e desperdício de capital público. Portanto, a educação fis-
25 cal pode contribuir com a formação de uma sociedade e estado mais conscientes.

26
27
28
29
30

máx

1) Manuscrito somente com caneta esferográfica azul ou preta.; 2) Não se identificar na folha de trabalho.





1 Desde 1988, a Constituição Federal Brasileira assegura em diversos fundamentos
2 dos direitos dos cidadãos brasileiros. Para que esses sejam garantidos, não cabem as
3 impensas. Contudo, a má gestão das políticas públicas relacionadas à distribuição
4 acaba por prejudicar o cidadão e a aplicação destes. Um dos problemas, por exemplo,
5 é que as impensas não se convertem em melhorias sociais muito menos aquelas que
6 se que se referem à saúde e ao patrimônio. Isso acaba agravando a desigualdade e
7 aumentando as desigualdades, pois quem ganha mais é quem paga menos.
8 Adicionalmente, no entanto, um estudo do Exame revela que os mais ricos
9 mais ricos de Brasília contribuem, juntos, com a mesma renda que os 100 milhões mais
10 pobres, e que isso agrava a desigualdade. Como um desses poucos sempre um
11 mesmo indivíduo que paga que ganha um salário dez vezes menos que o seu, a seguir
12 da pagar dez vezes mais impostos que o primeiro, exemplo que contribui
13 a injustiça de sistema.
14 Ademais, o atual governo, especialmente na área econômica pelo ministro
15 Paulo Guedes, adotou uma perspectiva de mudança nas impensas de renda, que
16 simplesmente cria a redução para a questão tributária. Isso, porém, beneficia
17 os ricos, quanto aos setores amplos, pois aqueles com as maiores rendas continua-
18 riam a pagar os mesmos impostos. Isso, porém, cria uma redução direta de im-
19 portância, que precisa atender as demandas da maior parte da população, não apenas
20 de aqueles com as maiores rendas.
21 Albert Einstein, filósofo alemão, afirmou: "O meu ideal político é a democracia,
22 para que cada homem seja responsável e nenhum homem seja responsável". Com isso, para
23 se resolver o problema, o governo deveria adotar uma perspectiva de mudança constitucional.
24 Isso estabelecerá uma responsabilização na distribuição, fazendo com que quanto
25 maior for o salário de um cidadão, maior será o valor de suas impensas, não é
26 contrário. Além disso, consideraria na mesma o comprometimento da maior carga tri-
27 butária para o caso de renda e patrimônio, e que também contribuiria para
28 a equidade de sistema.
29
30

máx

1) Manuscrito somente com caneta esferográfica azul ou preta.; 2) Não se identificar na folha de trabalho.





1 TRIBUTOS COMO OS IMPOSTOS ACOMPANHARAM E ACOMPANHAM AS SOCIE-
2 DADES HÁ SÉCULOS. NO ANTIGO EGITO, OS ESCREBAS ERAM RESPONSÁ-
3 VEIS POR CALCULAR AS DÍVIDAS DE IMPOSTOS. O CONTROLE ERATO
4 MINUCIOSO QUE ELAS FISCALIZAVAM ATÉ O CONSUMO DE ÓLEO DE CO-
5 ZINHA. JÁ OS ROMANOS APERFEÇOARAM TANTO A TÉCNICA DE IM-
6 POR TRIBUTOS, QUE O CENSO CRIADO POR ELAS, ATÉ HOJE, É USADO
7 EM MUITOS PAÍSES. ENGRA NINGUÉM GOSTE MUITO DE PAGÁ-
8 LOS E NÃO TRAGAM UMA CONTRAPARTIDA INDIVIDUAL, AS CIDADES
9 NÃO TERIAM EVOLUIDO SEM ELAS, EM OUTRAS PALAVRAS, OS IMPOSTOS
10 ENVOERAM E ENVOEM AS CIDADES.

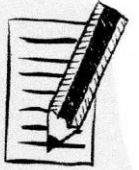
11 OS IMPOSTOS CUSTEIAM O BEM COMUM, POR ISSO CONTRIBUÍRAM FOR-
12 TEMENTE PARA OS AVANÇOS SOCIAIS. SEM ESSA ARRECADAÇÃO, NÃO TERÍAMOS
13 RUAS ASFALTADAS, REDES DE ESGOTOS, COLETA DE LIXO, EDUCAÇÃO PÚ-
14 BLICA, ILUMINAÇÃO NAS RUAS, ENTRE TANTOS OUTROS SERVIÇOS QUE OS
15 TRIBUTOS CUSTEIAM. SE NÃO PAGÁSSEMOS IMPOSTOS, AGORA VARRÍAMOS min
16 COMO NA IDADE MÉDIA, QUANDO, ENGRA TÍESSEM IMPOSTOS, A ARRECADAÇÃO
17 NÃO ERA CONVERTIDA PARA O BEM DA POPULAÇÃO, PORISSO ATÉ MESMO AS RUAS ERAM
18 MAL HIGIENIZADAS, E PODIAM SER ENCONTRADO ATÉ MESMO CADAVERES.

19 COMO EM TODO LUGAR EXISTEM UNIDADES, COM OS TRIBUTOS NÃO É DIFERENTE. VEMOS
20 EM UMA SOCIEDADE, ONDE A FALTA DE HONESTIDADE E A BUSCA POR LUGOS MAIS
21 FÁCEIS DE CHEGAR A UM OBJETIVO LEVAM PESSOAS A SONEGAR IMPOSTOS, POR DENARI
22 A ARRECADAÇÃO ESTATAL E, CONSEQUENTEMENTE, AS POLÍTICAS PÚBLICAS. BEM COMO
23 TEMOS A CORRUPÇÃO QUE DIRECIONA O DINHEIRO ARRECADADO POR TRIBUTOS,
24 PARA FINS INDIVIDUAIS.

25 PAGAR IMPOSTOS NÃO É UMA COISA RUIM JÁ QUE ELAS RETORNAM PARA O BEM COMUM
26 PORÉM ACREDITAMOS QUE ELAS DEVEM SER JUSTAS A TODOS. EM OUTRAS PALAVRAS, QUEM
27 GANHA MAIS DEVE CONTRIBUIR COM UMA PARCELA MAIOR DO QUE QUEM GA-
28 NHA MENOS. TAMBÉM, O GOVERNO DEVE ESCALIBRAR MAIS PARA COMBATER A
29 SONEGAÇÃO E O POVO DEVE FICAR ATENTO PARA NÃO VOTAR EM
30 POLÍTICOS CORRUPOTOS. máx

1) Manuscrito somente com caneta esferográfica azul ou preta.; 2) Não se identificar na folha de trabalho.





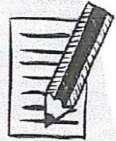
1 A imposição de tributos pelos Estados aos cidadãos não é um
2 encargo recente na nação brasileira. O sistema de cobranças de impostos
3 data dos períodos colonial do Brasil e persiste até o cenário atual. As políti-
4 cas tributárias, nesse contexto, assumem o papel de auxiliar o Estado a
5 atender as necessidades públicas e garantir o equilíbrio econômico nacional.
6 Exercido de maneira justa e empregado corretamente, o sistema de tributação
7 estimula o desenvolvimento socioeconômico do país mas, caso contrário,
8 prejudica a manutenção da atividade econômica e social.

9 Em primeira análise, é imprescindível ressaltar a importância da arrecadação
10 de tributos para o cenário econômico nacional. O papel desempenhado
11 pela tributação ultrapassa o mero recolhimento de receita pública e visa a
12 proporcionar o crescimento do país, o que engloba o desenvolvimento da industrialização,
13 melhoria na infraestrutura e estabilização da economia. Todos esses fa-
14 tores, de acordo com o Programa de Aceleração de Crescimento, estabelecem re-
15 gistros positivos para o contexto nacional, tais como o crescimento da produção
16 industrializada no mercado brasileiro e a melhoria dos indicadores sociais.

17 Em segunda análise, para que a tributação atinja efetivamente seus propó-
18 sitos e apresente retornos para seus contribuintes, ela deve ser devidamente fis-
19 calizada e empregada corretamente. Para tal, a política fiscal, vinculada aos
20 Estados e regulada por um conjunto de normas jurídicas, atua com a finalidade
21 de fiscalizar a aplicação do sistema tributário e o direcionamento de suas
22 arrecadações.

23 Portanto, torna-se evidente a importância de políticas tributárias como re-
24 gulatoras da atividade econômica nacional, entretanto que eficientemente empre-
25 gadas. Cabe aos Estados se assegurar do cumprimento exato da arrecadação
26 de impostos e auxiliar se a tributação é justa e adequada à distribuição de
27 renda de seus contribuintes, por meio de medidas fiscais mais rígidas e do
28 planejamento de carga tributária que amplie o investimento público, com o
29 intuito de trazer equilíbrio ao contexto socioeconômico nacional e de refletir para a
30 população os resultados da arrecadação de maneira mais efetiva. máx





1 O tributo tem exigem remota, desde a antiguidade, egípcios, gregos e
2 romanos celebravam tributos que foram essenciais à permanência e manutenção
3 de seus territórios. O recolhimento dos tributos é fundamental para garan-
4 tir políticas públicas voltadas para o bem-estar da população. Porém,
5 a ausência participação social na fiscalização desse recurso e o uso indevido
6 de capital não problemas a serem resolvidos.

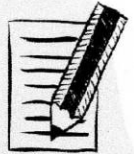
7 Notadamente, a partir da Constituição de 1988, a gestão pública brasilei-
8 ra vem tentando aproximar a sociedade como agente ativo no controle
9 de ações governamentais. No Brasil, contudo, a tributação ainda é vista
10 como atividade particular do Estado, e cidadãos têm explicações mínimas
11 sobre o tema através de canais de comunicação popular, criando condições
12 desfavoráveis ao engajamento social. Ademais, boa parte da população
13 não tem conhecimento dos mecanismos de monitoramento fiscal.

14 Segundo os filósofos Bentham e Mill, toda coisa deve ser feita
15 em prol do bem-estar social, entretanto na realidade tributária min
16 brasileira por muitas vezes isso não acontece. O uso inadequado
17 de capital, seja por ineficiência, seja por meio de benefícios ilícitos,
18 afeta diretamente as políticas públicas, que é responsável por assegurar
19 a cidadania. O cidadão ao ter que arcar com os encargos elevados, sem
20 a visível destinação deles, adquire uma resistência aos pagamentos dos tributos.
21 A dificuldade de mudar essa concepção passa pelo incentivo à educação fiscal.

22 Portanto, entende-se que a arrecadação de tributos é importante para
23 a manutenção da harmonia e coesão social. A sociedade é financiada, pela
24 própria população, por isso o povo tem o dever de acompanhar a arrecada-
25 ção e controlar a aplicação dos dinheiros públicos. Para isso, os secretários
26 de finanças devem por meio de verbos governamentais, investir em propagandas
27 nos mídias sociais, a fim de divulgar mecanismos participativos e processos
28 de transparência, com intuito de obter um maior engajamento social, conse-
29 quentemente um maior controle, o que diminuiria o uso indevido do dinheiro.
30 Assim, a longo prazo, caminharíamos à uma educação fiscal eficiente. máx

1) Manuscrito somente com caneta esferográfica azul ou preta.; 2) Não se identificar na folha de trabalho.





1 A Constituição Federal de 1988 (CF) sugere que a objetivo da poder pública é construir uma sociedade
2 "livre, justa e solidária". Nesse sentido, pode-se afirmar que a tributação possui a função social, em razão de
3 críticas de muitos o Estado para que este promova políticas públicas capazes de assegurar aos cidadãos a justiça
4 social defendida pelo CF. Entretanto, a não reconhecimento da importância de uma justa política tributária
5 para a sustentação de um Estado de Direito, em conjunto com a existência de um sistema de tributação que
6 negligencia o princípio de capacidade contributiva, acarreta não só a desvalorização de políticas públicas para a
7 mitigação de problemas estruturais do país, mas também a perpetuação de injustiças sociais que, ainda hoje, sus-
8 tentam uma sociedade de classes. Assim, torna-se evidente a necessidade de atuação estatal para a mitigação de
9
10 Primariamente, ao analisar a importância da tributação como política pública, partindo da perspectiva de pesquisadores de
11 Direito Tributário. Marciano de Faria, pode-se afirmar que, com a formação do Estado Moderno, entrelaçou-se o ideal
12 de que todos são responsáveis pela manutenção deste, que operaria a designação de aplicar os tributos de pessoas a
13 proteger o bem coletivo e assegurar a cidadania de todos, fundamentada no princípio de isonomia, por meio do
14 desenvolvimento de políticas sociais. Sob esse viés, para que esse contrato social seja harmônico, é essencial, como
15 defendido pelo filósofo italiano Pietro Barcellona, que os cidadãos compreendam e reconheçam a aplicação de tributos
16 no nível social, isto é, estejam a cidadania fiscal. Fundamentado nisso, a sociedade brasileira é marcada, segundo
17 levantamento Instituto Data Populus, pela "dissociação fiscal" - a cidadania comum não conhece a lógica de dispêndio
18 relativa aos recursos públicos. Assim, o resultado disso é a desvalorização das políticas públicas para a obtenção da
19 justiça social, ocasionando a perpetuação das ideias de patrimonialismo e de "desmembramento" do Poder Público.
20
21 Ademais, os princípios da Carta Magna, no que tange a uma justa tributação, dependem a necessidade de a repartição
22 tributária respeitar a capacidade econômica individual. Porém, uma pesquisa do Instituto de Planejamento e Tribu-
23 tação revela que a parcela mais rica dos brasileiros é responsável por menos de 3% da arrecadação de tributos, e que
24 não há contradição a defesa da CF, mas também a dificuldade de cumprimento com o extenuante fardo de modernização,
25 e que gera "males sociais", perpetuando a concentração de poder, renda e privilégios, e que é especialmente eviden-
26 te nos segmentos socioeconômicos. Alexandre Faria considera o mesmo insuperável golpe do "Estado de Direito".
27
28 Deste modo, para que o sistema tributário torne-se capaz de, além de gerar justiça social, assegurar políticas públicas,
29 é importante que o Governo Federal não se dependa uma justa repartição tributária, que respeite os princípios da
30 CF, promova a equidade na carga de arrecadação de tributos, mas também desenvolva políticas de educação fiscal.
31
32 Isto seria possível com o Ministério da Educação realize projetos, como workshops e palestras, que visem à
33 qualificação de professores, que por meio de práticas transdisciplinares, promova com o debate sobre questões fiscais
34 no âmbito da própria escola. Assim, o Estado e a sociedade civil devem liderar na construção de bem comum. ^{max}

1) Manuscrito somente com caneta esferográfica azul ou preta.; 2) Não se identificar na folha de trabalho.





1 Na sociedade, os primeiros registros de tributação são do Egito Antigo, cerca de 3000 anos antes
 2 Cristo. Nesta civilização, tais cobranças eram feitas com base em critérios estabelecidos pelos reis, sob o seu fei-
 3 tório e governantes vigentes. No Brasil, o primeiro documento referente ao tema foi feito sob o regime da
 4 Primeira República em 1888, que teve por finalidade regulamentar a cobrança do "Imposto de Transmissão e Predial"
 5 não. Nesse contexto, é certo que a arrecadação sustenta o Estado desde os primórdios de sua existência. Tanto
 6 como há de se vista, torna-se importante destacar o papel do Estado, como detentor e administrador, de uma si-
 7 tuação de quantia pública pública detidas. Contudo, no Brasil, tal cenário se tornará mais complexo quando
 8 houver o combate à sonegação de impostos e a correta utilização destes.
 9 Em primeira análise, é indispensável destacar que, de acordo com Immanuel Kant, a principal da moral é
 10 a lei de natureza que está sujeita para se tornar universal. Desse modo, a sonegação de impostos por parte da popu-
 11 lação seria encontrada à ética kantiana, visto que, se todos os cidadãos optassem por não contribuir com tribu-
 12 tivos ao Estado, esta estaria em colapso, visto que depende desta arrecadação. Ademais, segundo o Síndico Neri:
 13 "O Brasil deixou de arrecadar 395 bilhões de reais em 2018 por conta da sonega-
 14 ção de impostos. Além disso, estima-se que, se esta prática populacional, que pratica a ação citada, permanecer
 15 a longo prazo, o Brasil continuará a registrar um cenário em que não há políticas públicas efetivas. Portanto,
 16 torna-se urgente se combater esta problemática."
 17 Em segunda análise, segundo uma pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Medicina, entre os usuários do
 18 Sistema Único de Saúde, 80% da população possui uma avaliação negativa dos serviços prestados. Tais resultados, se
 19 por um lado, a população deve contribuir ao Estado, por outro é necessário que este garanta a boa administra-
 20 ção destes recursos. No âmbito, por exemplo, visto que, para Curitiba, a base da sociedade é a justiça. Sem
 21 de dúvida, é certo que, se não existir o recurso de natureza redistributiva, por meio de políticas públicas, das in-
 22 stituições, não há tal princípio, continuando, portanto, a ética kantiana.
 23 Diante, a fim de que o Estado sempre ofereça serviços públicos satisfatórios, tal qual a melhoria da
 24 eficiência tecnológica dos hospitais que fazem parte do SUS com o aumento do investimento neste, faz-se
 25 necessária a criação de mecanismos legais que auxiliem a administração dos impostos arrecadados por parte
 26 do Estado, por meio de instituições de caráter federal e municipal. Tais discussões podem contar com
 27 a participação dos setores privados, fim de obter a melhor maneira de acabar com a corrupção das finan-
 28 ças. Ademais, com o fim de diminuir a sonegação de impostos no Brasil, não se esqueça ainda:
 29 "É certo, por meio de campanhas nas redes sociais e televisivas, com linguagem clara e objetiva,
 30 visto que, por vezes a linguagem utilizada é complexa para a população."
max

1) Manuscrito somente com caneta esferográfica azul ou preta.; 2) Não se identificar na folha de trabalho.





1	Os tributos são valores monetários pagos ao Estado pela população. Esses recursos financeiros são destinados ao aprimoramen-
2	to das estruturas públicas, com o intuito de melhorar a qualidade de vida da sociedade e torná-la mais igualitária, apesar de a
3	captação desses impostos pelo Governo brasileiro ser, apenas em 2018, de aproximadamente 34% de PIB, de acordo com o Tesouro
4	Nacional, dívida não só se trata diretamente desses, mas também à sua arrecadação, ela não subaproveita ou insuficiente
5	para suprir as demandas de todos os setores. Dessa forma, a melhoria almejada pela população contribuinte é exígua.
6	De início, deve-se estar ciente de que os tributos proporcionam a potencialização do desenvolvimento dos serviços públicos, os quais
7	são responsáveis pela manutenção do bem-estar social. Portanto, é misteria que ações como a do governador Camilo Sales, do estado
8	de Ceará, o qual anunciou, em janeiro de 2019, que a Rota Estadual de Turismo disponibiliza mais vinte e duas estradas públicas
9	em tempo integral, possam pela redução das desigualdades sociais, visto que, ao investir nesse setor, aumentam a sua qualidade
10	visando elevar o nível de ensino público. Destarte, com tal aprimoramento, não há a possibilidade de a população adquirir tais
11	serviços de empresas privadas, logo seus gastos monetários mínimos, e que lhes proporcionem os recursos necessários
12	para investir em outras áreas. Ademais, as pessoas têm seu poder de compra aumentado, como consequência dessa redução
13	parcial de seus gastos, algo que favorece tanto a elas, por conseguirem adquirir mais produtos, quanto as grandes empre-
14	sas que os produzem, visto que seus lucros crescem proporcionalmente ao aumento de suas mercadorias.
15	No entanto, devido à falta de políticas públicas eficientes para interligar os representantes do Estado à população, não há ^{min}
16	como os governantes estarem verdadeiramente cientes dos principais problemas de uma comunidade, e que pelo Brasil a investir em
17	política que já satisfazem as necessidades das pessoas, e, dessa maneira, as verdades específicas não são reduzidas. Outrossim,
18	além de não use das receitas públicas, a arrecadação de impostos para o Estado de obter possíveis exorcismos dos tributos, assim
19	como foi exposto pelo Sindicato Nacional dos Bancários da Fazenda Nacional (Sinbafaz), o qual concluiu que, em 2018, o
20	Governo brasileiro deixou de arrecadar 345 milhões de reais devido à sua política. Logo, os setores públicos nos quais eles seriam
21	destinados ficam negligenciados, o que atrasa o seu desenvolvimento e, consequentemente, retarda a melhoria da qualidade de
22	vida da sociedade.
23	Em suma, diante de que foi exposto, é evidente que reduzem os problemas ligados a esses recursos monetários e fidejussório para o
24	funcionamento pleno da sociedade. Para isso, não basta tanto a criação de políticas públicas que interliguem represen-
25	tantes da população aos governantes, para que eles exponham suas principais necessidades, quanto por meio da aumento da fi-
26	delidade sobre a propensão dos tributos e de provisão mais relevantes para quem os recebe. Dessa maneira, os tributos usados
27	adecuadamente proporcionam ao Estado o poderio econômico necessário para aprimorar as políticas públicas e, por con-
28	seqüência, cumprem seu papel de gerar pelo sociedade.
29	
30	

1) Manuscrito somente com caneta esferográfica azul ou preta.; 2) Não se identificar na folha de trabalho.



22439

"Tributação e
Políticas Públicas"

Redação

3º ano - EM



1 A questão da tributação no Brasil não é algo recente. No ano 7 antes de Cristo, os públi-
 2 canos já recolhiam os impostos das pessoas na Roma antiga e estas, consideradas ligas,
 3 não compreendiam a necessidade desse recolhimento e seu papel nas políticas públicas.
 4 Assim, como antes, hoje ainda a maior parte da nossa sociedade desconhece a finalidade
 5 da tributação e de como ela volta em forma de benefícios para nós nas áreas de saúde, mo-
 6 bidade urbana, desenvolvimento social e educação. Portanto, é fundamental a educação tributária
 7 para que a população compreenda a transcendência dos pagamentos de impostos e o quanto
 8 des são importantes para o desenvolvimento eficiente de políticas públicas na sociedade.
 9 Outro assim, como não é ciência popular a incumbência da tributação, esta acaba "caindo" no
 10 senso comum e se tornando algo generalizado para a maioria da população, como tratado no
 11 curta-metragem "Tributação Transparente" divulgado pelo Instituto Milênio, no qual discorria
 12 sobre altas cargas tributárias impostas unevenemente no Brasil porém, quando tratamos as tribu-
 13 tações como injustas ou mal distribuídas isso reflete o quanto se torna necessário o ensino tributário
 14 que a finalidade das tributações é a aplicação desses recursos para o bem estar social e a melhoria da
 15 qualidade de vida da sociedade. mim

16 Além disso, o elo entre tributação e políticas públicas também afeta diretamente a população no
 17 que diz respeito à sociabilidade. Segundo Marx, "O homem é por natureza um animal social, pois
 18 ele não pode ser privado de viver em sociedade". De modo, a sociabilidade humana também
 19 se dá através das políticas públicas como, por exemplo, o "Restaurante Popular de Fortaleza" que reúne em
 20 maioria idosos, trabalhadores ~~de~~ no interior e moradores de rua que detêm poucos recursos financeiros.
 21 Com este pagam simbolicamente o valor de um real e recebem uma refeição diária que é arrecada
 22 pela prefeitura como forma de garantir direitos e facilitar dificuldades em relação à alimentação.
 23 Em suma, é primordial que haja disponibilização de ensino tributário através do Governo em conjunto
 24 aos órgãos fiscais, sendo realizados aulas destinadas a toda população que deseja aprender a educação
 25 política e tributária, mas é impossibilitado de tal ação. De modo, o Governo estará incentivando a
 26 sociedade e assim esta estará adquirindo conhecimento sobre tributação, sua finalidade
 27 para a sociedade e papel fundamental na realização e desenvolvimento de projetos e polí-
 28 ticas públicas, tal ação seria promovida em espaços públicos como UAS ou escolas para
 29 casos dos jovens e adolescentes que estudem nos mesmos, visando a diminuição da quanti-
 30 dade de pessoas ligas quanto a este assunto, mesmo que de modo bem gradual. mim

1) Manuscrito somente com caneta esferográfica azul ou preta.; 2) Não se identificar na folha de trabalho.

premioefin.com.br





1 Durante o período colonial, o povo brasileiro era obrigado a pagar
 2 10% dos melões que esticou. Isso deixava a população insatisfeita
 3 pois pagava altíssimos impostos à coroa portuguesa e não viam
 4 os recursos sendo reinvestidos em políticas públicas. Felizmente
 5 esse cenário mudou e agora a população paga os impostos e
 6 estes são investidos em benefícios para ela. Porém, os municípios
 7 ainda encontram dificuldades na arrecadação, pois alguns esta-
 8 belcamentos sonegam impostos, isso seria facilmente evitado se
 9 a população exigisse a nota fiscal.
 10 Numa relação de arrecadamento de impostos, os brasileiros são
 11 recursos, porque carregam marcas do descaso com o dinheiro
 12 público desde a época colonial em que a tributação pouco servia
 13 para garantir o bem-estar da população, por isso alguns bra-
 14 sileiros acreditam erroneamente que ela não é necessária, e consequentem-
 15 te não se importam em ajudar os municípios a arrecadar ^{em}
 16 recursos, uma vez que não exigem compromissos fiscais. No
 17 através de projetos como arezinhas, Lucas, licitação e outros, a
 18 população pode verificar a aplicação dos tributos para a melhoria
 19 social e garantia da qualidade de vida das pessoas.
 20 Ademais, urge ressaltar a importância da arrecadação dos
 21 tributos pois é somente com eles que os melhores sociais tor-
 22 nam-se possíveis. Portanto, é importante que as pessoas
 23 ao contratarem serviços solicitem a nota fiscal, pois essa é
 24 a única forma do município controlar a arrecadação de im-
 25 postos.
 26 Em síntese, é crucial que as pessoas entendam que uma sim-
 27 ples atitude, como a de pedir a nota fiscal, traz benefícios a toda
 28 sociedade. Nessa lógica, o dinheiro pago pela população volta como
 29 bem-estar social e qualidade de vida.
 30

máx

1) Manuscrito somente com caneta esferográfica azul ou preta.; 2) Não se identificar na folha de trabalho.



5 GALERIA DE FOTOS

- Lançamento do Prêmio SEFIN - 11ª edição



Composição de mesa: Imaculada Maria Vidal da Silva (GEFE/Sefaz); Antônio Gilvan Silva Paiva (Secultfor); Stella Cavalcante (Seduc); Jurandir Gurgel Gondim Filho (Sefin); Jefferson de Queiroz Maia (SME); Joaquim Aristides de Oliveira (SME); Maria Joselice Lopes de Oliveira (RFB); Ienatla David Sombra de Lima (EMTI Maria Odete da Silva Colares).



Alunos da EMTI Maria Odete da Silva Colares



Alunos da EMTI Maria Odete da Silva Colares



Alunos da EMTI Maria Odete da Silva Colares



EMTI Maria Odete da Silva Colares



EMTI Maria Odete da Silva Colares



Comissão organizadora



Colaboradores

- Solenidade de entrega da premiação



Abertura
Apresentação do Coral da Sefaz



Composição da mesa

Karina Oliveira Câmara (Sefin); Imaculada Maria Vidal da Silva (Sefaz); Paulo Régis Arcanjo Paulino (RFB); Jurandir Gurgel Gondim Filho (Sefin); Antonia Dalila Saldanha de Freitas (SME); Paola Braga de Medeiros (Secultfor).



**Pronunciamento do Secretário Municipal das Finanças
Jurandir Gurgel Gondim Filho**



**Explicação da Gerente da Célula de Educação Fiscal da Sefin sobre
o Prêmio Sefin das Finanças Públicas Municipais – 12ª Edição
Karina Oliveira Câmara**



Equipe Organizadora da Solenidade de Entrega da Premiação